

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO**

**CLÁUDIA DA SILVA CAMPOS
TATIANE DA SILVA ABREHOSA**

**ANÁPOLIS
2013**

**CLÁUDIA DA SILVA CAMPOS
TATIANE DA SILVA ABREHOSA**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO**

Artigo apresentado à Coordenação da Faculdade Católica de Anápolis para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária sob orientação do Prof. Ms. Leonardo Rodrigues de Souza.

ANÁPOLIS
2013

**CLÁUDIA DA SILVA CAMPOS
TATIANE DA SILVA ABREHOSA**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO**

Artigo apresentado à coordenação do Curso de Especialização em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis como requisito para obtenção do título de Especialista.

Anápolis-GO, ____ de _____ de 2013.

APROVADA EM: ____/____/____ NOTA ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Leonardo Rodrigues de Souza
Orientador

Aracelly Rodrigues I. Rangel

Joicy Mara Rezende Rolindo

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Cláudia da Silva Campos¹

Tatiane da Silva Abrenhosa²

RESUMO: O interesse pelo presente tema partiu da necessidade de se compreender como se iniciou e vem sendo desenvolvido o processo de formação docente no Brasil. O presente trabalho busca investigar como o processo de formação de professores vem sendo concebido no Brasil. Para tanto, realiza-se uma pesquisa bibliográfica e documental, de cunho qualitativo, cujo principal objetivo é analisar e descrever como os órgãos competentes têm estruturado e organizado o processo de formação continuada de professores nas universidades e até mesmo durante o trabalho diário. Constata que muito se tem feito (cursos de extensão, incremento dos cursos de pós-graduação *strictu* e *latu sensu*, por exemplo) para que essa formação aconteça de forma a envolver todos os interessados de modo homogêneo. Entretanto, percebe que há aspectos estruturais que precisam ser redefinidos a fim de que o Brasil seja competitivo em nível internacional no quesito qualidade em educação.

Palavras-chave: Estrutura e organização. Formação de professores. Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por finalidade discutir o processo de formação de professores tendo como referência a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB, Lei n.º 9.394/96). Busca investigar os principais desafios propostos pelo mundo globalizado. Deseja, assim, compreender, historicamente o processo de escolarização de formação de professores, identificando os principais desafios encontrados nesse processo.

Procurou - se, por meio de uma pesquisa bibliográfica, compreender a história do processo de escolarização, apontando seus principais desafios e programas que vêm a ajudar no aperfeiçoamento desse processo.

¹ Licenciada em Pedagogia.

E-mail: claudiadasilvacampos@hotmail.com.

² Licenciada em Pedagogia.

E-mail: tatiane.abrenhosa@gmail.com.

Para uma melhor compreensão do tema abordado optou-se dividir este estudo em três partes, a saber: 1) breve descrição histórica do processo de formação de professores no Brasil; 2) legislações específicas sobre o processo de formação aqui no Brasil; 3) dificuldades e desafios enfrentados no processo de formação de professores.

1- BREVE HISTÓRICO ACERCA DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Desde os primórdios das civilizações até a época vigente pode-se observar o tratamento dado ao processo de formação de professores. Porém, é notável que esse tratamento também sofreu e ainda sofre grandes transformações ao longo de sua história. Vale ressaltar que essas transformações ainda influenciam o modo por meio do qual olhamos para o processo de formação de professores aqui no Brasil.

O processo de educação forma no Brasil teve início com os jesuítas, que trouxeram da Europa seus costumes, crenças, religiosidade, bem como seus métodos pedagógicos.

Nessa fase, havia duas modalidades de ensino: primária e secundária. Para ministrar aulas na modalidade primária, os jesuítas contavam com a transmissão dos saberes, conhecimentos adquiridos no dia a dia oriundo de suas próprias experiências diárias. Na fase secundária, os padres buscavam se especializar na Europa.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, as aulas passaram a ser ministradas de forma autônoma, sem vínculo com nenhuma instituição de ensino, ou seja, eram realizadas de forma aleatória. Nesse período, a nomeação para o cargo de professor era de responsabilidade da Igreja, onde os professores eleitos eram mal preparados para exercer tal função.

A função docente desenvolveu-se de forma subsidiária e não especializada, constituindo assim uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens. A gênese da profissão de professor tem lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformaram em verdadeiras congregações docentes [...] (NÓVOA, 1995, p 15)

Os primeiros cursos superiores foram criados no século XIX, porém esses cursos eram destinados à elite dominante da época, enquanto à classe menos favorecida cabiam os ensinamentos voltados para a prática cotidiana.

Os cursos superiores voltados para a formação de professores inexistiam no Brasil e tal função ficava a cargo dos padres, ex-seminaristas, médicos e advogados, pessoas pertencentes à classe dominante da época.

É notável a falta de interesse por parte dos governantes da época em formar os profissionais da educação. A função era concebida a qualquer pessoa bem sucedida dentro da sociedade.

Nesse contexto, a educação ainda se encontrava presa a uma classe dominante que, nesse caso, poderia custear seus próprios estudos. O governo da época não se preocupava em oferecer a toda população uma educação de qualidade, ficando assim a classe menos favorecida à mercê da própria sorte ou da boa vontade da elite em compartilhar seus conhecimentos adquiridos.

Ainda durante o Império criaram-se as primeiras Escolas Normais destinadas às mulheres, onde teriam uma continuidade dos serviços domésticos. O tempo passa e o Brasil caminha a passos lentos em busca de uma educação de qualidade. Muito se pensou e quase nada foi feito em relação ao processo de formação de professores durante o período imperial.

No período pós-Independência, a concepção de educação ainda estava muito arraigada na cultura européia. Entre os séculos XIX e XX ocorreram grandes avanços científicos e a educação, com seu processo educativo, passou a ser vista e entendida como forma de transformação social.

Dessa forma, pode-se observar que a questão do processo de formação de professores sempre esteve presente em nosso país, porém é visível que esse caminho ainda vem sendo trilhado para que de fato venhamos a ter um processo de formação de professores de qualidade em nosso país.

2- LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Ainda durante a fase imperial surgem as primeiras legislações buscando a formação de profissionais para exercer o magistério. Em 1827 cria-se a primeira lei

voltada para a educação, conhecida como Lei Geral do Ensino, cujos principais focos eram: criar as escolas das primeiras letras nas cidades, vilas e povoados, e fundar escolas secundárias, responsáveis por formar professores.

A referida lei previa em seus artigos aspectos como remuneração dos professores, currículo mínimo a ser ensinado às crianças e uma clara separação do que meninos e meninas deveriam aprender nas escolas. Também era clara a necessidade dos professores buscarem formação para exercer a função do magistério. É importante ressaltar que o custo para a formação docente era de responsabilidade do professor.

Em 1834, com o ato adicional, criaram-se também as escolas das primeiras letras nas províncias e com isso desenvolveram-se outras modalidades de ensino e de sistema.

Nesse período, houve uma clara divisão do ensino, que observamos até nos dias de hoje, visto que a união se ocuparia com a educação da elite e as províncias ficariam a cargo da classe popular, menos favorecida.

Essas duas leis deram forças à classe dos professores e o processo de formação de professores ganhou novas dimensões. Com efeito, surgem as primeiras escolas normais no país, cujo principal foco estava voltado para um processo de formação de professores rápido, com duração de dois meses e com o objetivo de formar professores para o trabalho com novas metodologias.

Os anos passam e a evolução no quadro educacional do país caminha a passos lentos. No período republicano, o país começou a formular leis que contemplassem a formação de professores. Cria-se, então, em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação, que era um referencial para a educação, porém ainda não contemplava de forma adequada a formação de professores. Em 1988, com a reformulação da Constituição Federal, o legislador constituinte reforçou o direito de todos à educação e estabeleceu o Estado e a família como responsáveis por tal ato.

A educação é direito de todos e dever do estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
(BRASIL, artigo 205, 1988)

Nesse contexto, os papéis destinados à educação passam a ser delegados dentro da sociedade e a partir de então começa uma preocupação com o processo de formação de professores no país.

Após oito anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei 9.394/96) passa por uma reformulação, onde o ensino superior passa a ter como finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
 - II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
 - III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
 - IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
 - V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
 - VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
 - VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição
- (LDB 9394/96, artigo 43)

Nesse sentido, o processo de formação de professores começa a ganhar forças, passando a ser obrigatório para exercício de tal função cursar uma instituição de ensino de nível superior. Segundo a Lei n.º 9.394/96, em seu artigo 46: “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.”

Dessa forma, pode - se observar que a questão da formação de professores sempre esteve presente na história do nosso país. Em cada fase, a educação oferecida possuía um caminho, porém ambas as direções se esbarravam na mesma preocupação: formar professores para o bom exercício da profissão.

Também é notável que há falta de políticas públicas educacionais que venham a valorizar o professor em seu exercício profissional. Por outro lado, também se faz necessário um processo de conscientização nos cursos de formação de professores de que os conhecimentos adquiridos durante a graduação deverão

ser aprimorados em cursos seqüenciais, pois o exercício do magistério requer uma busca incessante pelo conhecimento.

Por outro lado, faz-se necessário estabelecer políticas públicas que articulem ações que venham promover a transformação nos cursos superiores e com isso venham garantir uma formação digna de um bom profissional.

Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonista na implementação das políticas públicas educativas (NOVOA, 1992, p 27)

Nota-se a importância de cada vez mais buscar novas políticas públicas educacionais que favoreçam o processo de formação de professores, visto que estes irão atuar diretamente na formação de novos cidadãos em nosso país.

3-FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DIFICULDADES E DESAFIOS

O Brasil avançou em termos de legislações voltadas para a educação, porém ainda não conseguiu vencer seu principal desafio quando o assunto é a formação de professores.

Um dos principais desafios é articular a teoria com a prática, levando em consideração as experiências vivenciadas pelos professores.

Além disso, os cursos de formação de professores têm “carater” livresco e prescritivo cujo conteúdo dificilmente se transfere para a prática cotidiana dos professores em suas reais condições de trabalho; a desvalorização do patrimônio de experiências e conhecimento acumulado pelos professores. (GATTI, 1994, p. 39):

Porém, tal fato é de difícil articulação, pois muitos dos cursos de formação de professores são ministrados em péssimas condições e não oferecem nenhuma estrutura física adequada e nem profissionais adequados para tal desenvolvimento. Para tanto, é preciso entender que o processo de formação de professores é algo que vai muito além de uma graduação. Nesse contexto, tal processo deve ser entendido e visto como sendo um processo de contínua busca pelo saber, um saber mais aprimorado.

Ao buscar uma formação, o professor deposita seus anseios e aspirações para o futuro. O professor traz para o processo de formação profissional a sua experiência, o seu conhecimento, as obrigações atuais e as aspirações para o futuro, que influenciam decisivamente a sua aprendizagem. Negar isso significa negar a instrução dada na formação inicial e os esforços dos educadores quando um currículo foi preparado para formar professores. (ALVES, 1991, p. 37)

As instituições de ensino superior também devem buscar novos métodos e técnicas para que assim possam satisfazer as necessidades de seus alunos. Um dos problemas mais marcantes e fortes no processo de formação de professores é articular a teoria com a prática. Dessa forma, nota-se que os cursos de formação de professores e instituições de ensino superior, no geral, possuem uma visão de formar professores com um ensino voltado apenas para a teoria onde se cria uma visão de professores engessados, pois não consideram as reais condições de uma vida profissional.

Portanto, uma boa formação profissional de professores deve abranger em sua essência uma formação nas diferentes áreas do conhecimento.

A fisionomia da escola que se quer, enquanto horizonte da nova proposta pedagógica; a necessidade de suprir elementos de formação básica aos educadores, de avanços científicos do conhecimento humano que possam contribuir para a qualidade da escola que se quer. (FREIRE, 1991, p.80)

Percebe-se que os cursos de formação de professores devem associar a teoria com a prática, pois assim estará preparando o indivíduo para exercer sua profissão de forma a compreender tudo o que o cerca e buscar novas formas e técnicas de solucionar seus questionamentos.

Numa sociedade organizada, espera-se que a educação, como prática institucionalizada, contribua para a integração dos homens no tríplice universo das práticas que tecem sua existência histórica concreta: no universo do trabalho âmbito da produção material e das relações econômicas; no universo da sociabilidade, âmbito das relações políticas e no universo da cultura simbólica da consciência pessoal da subjetividade e das relações intencionais. (SEVERINO, 2002, p.11)

Talvez esse seja um dos mais difíceis desafios que as instituições de ensino superior tenham que superar ou pelo menos amenizar, buscando através de

seus cursos de formação de professores aproximarem ao máximo a teoria com a prática. Assim afirma Vasquez (1968, p.26):

A teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e em primeiro lugar tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efeitos, tal transformação. (VASQUEZ, 1968, p.26)

A aprendizagem, de modo geral e em especial do Ensino Superior, precisa ir além do saber fazer, despertando a busca de novas formas e técnicas para solucionar os desafios que vão além do simples trabalho diário. Contudo, nota-se que os cursos de formação de professores muito têm e vem a contribuir para a prática docente, porém há alguns pontos que necessitam ser aprimorados sem esquecer que o mais importante talvez seja convencer os novos profissionais da educação que uma boa formação e prática pedagógica se faz com a busca incessante em aprimorar e aprofundar os conhecimentos adquiridos durante a graduação.

CONCLUSÃO

Entende-se que para uma boa formação profissional é preciso que as instituições de ensino superior promovam uma boa oferta de ensino, levando em consideração a importância de associar a teoria com a prática. Nesse sentido, as instituições de ensino precisam muito mais que associar a teoria com a prática e despertar nos acadêmicos a vontade e o interesse de cada vez mais buscar novos conhecimentos através das formações continuadas.

Outro ponto importante no processo de formação de professores são as políticas públicas educacionais que venham a valorizar o trabalho do professor no seu dia a dia.

Pôde-se notar durante esta pesquisa que mesmo com tantas dificuldades os cursos de formação de professores têm procurado superar seus desafios em busca de oferecer uma formação de qualidade a seus acadêmicos. Contudo, notamos que no decorrer da história muito se fez para que os cursos superiores chegassem ao Brasil, porém essa caminhada ainda é bastante longa e requer

considerações e atenção para que o ensino ofertado seja de qualidade e cumpra seu papel dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília : 1996.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez 1991.

GATTI, Bernadete A. A formação dos Docentes: O Confronto Necessário X Academia. **Cadernos de Pesquisa**, Nº 81, maio, 1992. P. 70 – 74.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SEVERINO, A. J. Competência Técnica e sensibilidade ético-político: O Desafio da formação de professores. **Cadernos FEDEP**. São Paulo, Nº 1, Fev. 2002. (Fórum Estadual de Defesa da Escola Pública).

VASQUEZA, A. Z. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.